

Da constante rectificação mental: III Série da Nação Portuguesa (1924-1926)

José Manuel Cordeiro
SLHI-CHC/FCSH/Universidade Nova de Lisboa

“O nosso fim é salientar a urgência de condicionar toda a acção reconstrutora por um labor constante de rectificação mental” – António Sardinha

Foi isto a *Nação Portuguesa* da terceira série.

Volvidos dez anos desde a primeira série, o Integralismo Lusitano da terceira série¹ da *“Nação Portuguesa – Revista de Cultura Nacionalista”* 1924-1926 parece assumir-se, logo de início, como uma força de crítica às "esquerdas" e às "direitas" e apregoa-se, tendo em consideração as posições desde sempre assumidas, como um movimento da extrema-esquerda. Extrema-esquerda! - eis uma novidade a carecer de futuro esclarecimento e que encerra alguma perplexidade para quem tenha tido o Integralismo Lusitano como uma mera corrente de e da direita nacionalista.

Esta posição surge num texto de crítica à democracia, ao republicanismo, ao sufrágio universal, entre outros *antis*, e insere-se num contexto mais global sendo parte da secção da *Crónica Política*, da autoria de Augusto Costa. Não podemos deixar de ter este texto em consideração, não só pelo facto da direcção da revista saber muito bem o que publicar e o que assumir, como revela uma atitude dos "integralistas/nacionalistas" desta corrente do Integralismo Lusitano - dizemos desta corrente porque tinha-se já dado a primeira cisão entre "monarquistas" e entre estes e "integralistas", aliás, posição reassumida por Nuno de Montemor (Padre Joaquim Augusto Alves de Almeida, 1881-1964) quando afirma que *“um integralista, quando o é de verdade, tem o direito de olhar, superiormente, todos os que o não são, e por amor da causa que defende – nunca por vaidade – assiste-lhe a obrigação de se afirmar e de não transigir, ainda que seja com um monarca...”*, in *“Conversando com um Ministro”* (pp. 199-207)².

¹ Este artigo vem na sequência de dois anteriores artigos *“Nação Portuguesa 1914-1916 – Que Integralismo Lusitano?”* do presente autor e *“Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista. A segunda série da Nação Portuguesa (1922-1923)”* de Paulo Dias Oliveira, ambos in *Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias*, nº26/2009,CHC-FCSH.

² Este artigo conjuga-se com o artigo *“Notre politique, à nous”*, II série, nº6, pp.267-272), a cisão integralista está também tratada no artigo de Paulo Dias Oliveira supra citado da II série da *Nação Portuguesa*.

Apesar do autor, deste breve mas incisivo texto, não ser um dos maiores do Integralismo Lusitano não deixa de reflectir o caminho que o integralismo lusitano desta *Nação Portuguesa* começara a trilhar - o autor ficou, aliás, mais conhecido como publicista do nacionalismo, onde teve importância reconhecida na criação da Mocidade Portuguesa³, do que pelo extremo-esquerdismo integralista. O texto, apresentado na rubrica *Crónica Política*, surge num particular momento de crítica ao então elenco governativo a que apelida, tal como muita da imprensa da época, de "governo de ruinosas incompetências" (p.xxi) encabeçado por Rodrigues Gaspar da ala *bonza* do Partido Democrático⁴ (34º Governo Republicano em exercício de 6/7/1924 a 22/11/1924); não se pretendia com tais críticas ao governo, no seio dos integralistas da Nação uma luta político-partidária mas uma luta pelos ideais anti-democráticos e anti-republicanos, com a proposta do corporativismo paleomonárquico⁵, independentemente da pessoa do monarca e do princípio hereditário da transmissão da coroa e do ceptro.

O texto que nos dá tais orientações é o que primeiro surge sobre a análise da situação nacional e apresenta-se sob os olhares, com certeza atentos, do Director António Sardinha, do Secretário Manuel Múrias e do Editor e Proprietário José Fernandes Júnior na terceira edição da *Nação Portuguesa* com a Administração, Composição e Impressão na Rua da Horta Seca, 7, 1º na cidade de Lisboa, possuindo o número de telefone 27. Foi assim que a revista se nos apresentou em 1924 tendo-se logo no número seguinte transferido para a Rua do Sol, a Santa Catarina, 40-A, 1º, também em Lisboa e simultaneamente a morada da sede do Grémio Português Tradicionalista.

A série agora publicada apresenta as condições de assinatura, tabela de preços e ao longo dos seus doze números desenvolver-se-ão e surgirão rubricas específicas das quais destacamos "*Crónicas do Mês*", com assuntos de política interna, externa, financeira e social, "*Das Ideias, das Almas e dos Factos*", "*Através das Revistas e dos Jornais*", "*Na Feira das Letras*" tendo surgido no seu decurso secções, a nacional a brasileira e a estrangeira⁶, as "*Publicações Recebidas*", "*CIPO*" e "*Memento*". A par desta primeira parte da publicação integralista, ainda órgão de algum integralismo lusitano, surge uma segunda parte dedicada à vida da revista e do movimento nacionalista/integralista, onde se integram os artigos

³ Veja-se Kuin, Simon: "a mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojecto e instauração de uma organização paramilitar da juventude." - *Análise Social*, 1993, p.560 e ss.

⁴ Veja-se José Adelino Maltez, <http://www.maltez.info/respublica/portugalpolitico/g90%201924.htm>

⁵ Permita-se-nos esta expressão para fazer remontar às fundações da nacionalidade o tipo de regime monárquico querido pelos integralistas, o do « Príncipe Perfeito ».

⁶ O Brasil não era tido como nação estrangeira, é de notar esta peculiaridade.

doutrinários propriamente ditos⁷, a partir do número três as duas partes trocam de local, não havendo alteração na paginação.

No título “*Aos leitores*” (p. viii) estão descritas as características esperadas desta Série, salientando-se, na nossa perspectiva por obra de António Sardinha, o cariz ensaísta e de crítica, bem como assumpção de ser uma revista de história e filosofia impregnadas de pensamento integralista:

“Revista, simultaneamente de altos estudos intelectuais, e de comentário vivo e oportuno aos grandes acontecimentos internacionais, à política interna, e ao movimento intelectual estrangeiro e português, a Nação Portuguesa pode naturalmente dividir-se em duas partes distintas: - na primeira, inserimos estudos de momentânea curiosidade, feito de crónicas, transcrições, referências à revista, etc., na segunda, os ensaios de crítica, filosofia, história e ciência, em que os altos problemas do espírito vão sendo discutidos e formam propriamente a contribuição original que dispensamos ao ressurgimento mental em que nos empenhamos” (p. viii).

Esta Série abre na página dez com o anúncio de uma *Ordem Nova* que se levantará em Portugal. Que *Ordem Nova*? Que esperanças nutrem os “integralistas lusitanos” e como contribuem para tal novel *Ordem Nova* ao longo dos doze números desta terceira Série? Serão estas dúvidas e incertezas que orientarão o escorço, e nada mais que um escorço, que nos propomos partilhar.

O primeiro número abre com o título “*Breve recapitulação – a crise do comunismo - a evolução do trabalhismo – A política nova das C.G.T – Para onde Vamos?*”(pp.xi-xiv) da autoria de Rolão Preto, onde relata o estado em que se encontra o movimento sindical internacional e nacional, matérias que o autor acompanhará ao longo desta série. Queremos porém dar nota de que o autor ressalta, da análise por si efectuada do levantamento do estado político das nações europeias e do panorama do sindicalismo internacional, o elogio dos nacionalismos emergentes e apresenta uma, mais uma, tentativa de tentar diluir as noções de esquerda e de direita, de entre o grupo integralista.

O movimento sindical conta também com texto importante de César A. de Oliveira “*Os Colégios profissionais na época Romana*”, (pp. 186-198) a merecer aturada leitura.

“*Monarquia*” e “*integralismo*” têm também honras de abertura nestas iniciais páginas da *Nação Portuguesa* onde em “*Plutocracia, Democracia, Anarquia*”(pp. xxi-xxiii) Augusto Costa, aproveitando para criticar o estado da nação, acrescenta que

⁷ Nota ao leitor: Atendendo às características da ordenação e da paginação optámos algumas vezes por não mencionar na citação a série e o número porque a paginação é continua seja na numeração árabe seja na numeração romana.

nem o republicanismo nem a monarquia constitucional seriam uma viável solução para o bem-estar social. Isto, por duas ordens de razão, uma ligada ao regime republicano saído de 1910, que é responsável pelo estado da Nação e outra ligada à judiaria financeira ou plutocracia internacional que não é nem monárquica nem republicana. Além de se manifestarem as tendências anti-judaicas neste texto ainda se assume a cisão com a Causa Monárquica por esta querer colocar no Trono e nos destinos da nação um monarca como D. Manuel que outras tropas não tem a rodeá-lo que “*todos os tubarões e jarrões*” ou “*velhos conselheiros ou conselheiros que todas as tardes se arrastam como pavões caquéticos, chupando charutos, à porta da Havaneza*” (p. xxi). Estas palavras revelam-nos um verdadeiro mal-estar entre as hostes integralistas/nacionalistas e as hostes monárquico-constitucionalistas.

São duas as vias que se vislumbra nestes iniciais textos, aparentemente descarnados de doutrina e de ideologia integralista, dada a sua inserção na primeira parte da revista; uma via é a de serem anti-partidos políticos, anti-direita e anti-esquerda, anti-republicanismo, anti-democracia, anti-monarquia constitucional; a outra via é apresentarem-se como nacionalistas por e em contraposição ao internacionalismo plutocrático por um lado e, por influência da França maurrasiana, anti-judeísmo e anti-maçónicos, por outro.

O nacionalismo começa a assumir uma roupagem histórica logo pela pena de António Sardinha, em “*Adiante por sobre os cadáveres!*”(p. 5-16) aponta os caminhos inspiradores para a “nova ordem” a instaurar. A nova ordem necessita de elites preparadas e formadas pelas correntes tomistas, estas deverão ser não-tecnocráticas mas, também, não demasiado organizativas. Nesta “nova ordem” deverá ter um especial contributo a Igreja.

À crise do Estado sua coetânea, Sardinha, tendo Adolfo Posada como fonte, contrapõe à soberania Política a ideia de uma soberania social, com base na família, no município e na corporação. Tal caminho será alcançado afastando o estadismo e superando o individualismo, e isto só será possível pelo recíproco entendimento social de tais forças, que sabiamente conjugadas propiciarão que autoridade e liberdade passem a ser entendidas como sinónimos⁸. Sardinha, neste texto, faz radicar as incongruências do Estado moderno (a ordem a ultrapassar), no que concerne à doutrina jurídica do estado, em Kant e no krausismo por colocarem na base do direito o indivíduo.

Há, também por isto, uma forte e cerrada crítica ao germanismo⁹ jurídico, apontando-se como caminho e projecto político orientador a solidariedade entre as classes sociais, isto no que diz respeito à organização do Estado, solidariedade essa, baseada na solidariedade de direito cristão acrescida da necessidade de se

⁸ Cf. “A Crise do Estado”, pp.28-39

⁹ Este mal-estar germanista também se reflecte no artigo “*O Germanismo Contra o Ocidente – A Anarquia Romântica*” de Augusto Costa (pp.505-520)

dever, ainda, operar a substituição do conceito de “indivíduo” pelo de “pessoa”. Segue-se a tal artigo de António Sardinha, o artigo intitulado “*O significado do Congresso Eucarístico Nacional*” do Doutor Gonçalves Cerejeira que se expande por três páginas da revista apontando críticas à política nacional então em voga apelidando-a de anti-cristã e eivada de “racionalismo decadente”.

E a monarquia? A não constitucional e a não parlamentar. Aqueloutra paleo-monárquica, tradicional, baseada nas cortes, municipalista e corporativista. Essa surgirá quando a fórmula “*o Rei reina mas não governa*” for substituída pela fórmula “*o Rei reina mas não administra*”. Quando surgirá tal monarquia e tal retorno, o novo “reaportuguesamento de Portugal” nos termos do poeta Ricardo Cruz¹⁰? O artigo “Flávio” (pp. 45-50) de Nuno de Montemor diz-nos: “*Virá um dia meu senhor – Exclamou Flávio, olhando alto, no espaço, como se sorrisse a uma bandeira invisível – virá um dia meu Senhor, em que os moços de Portugal virão libertar-vos!*”. E assim está ainda hoje, à espera de moços que, quiçá, ainda não vieram. Num outro texto de Nuno de Montemor “Conversando com um Ministro” (pp. 199-207) chega mesmo a lançar-se o anátema aos monárquicos, dizendo que foi deles que saíram os incitamentos e os mais repugnantes aplausos ao regicídio¹¹. Portanto, na nossa perspectiva, a monarquia não é já um problema do integralismo desta *Nação Portuguesa*.

Ao mesmo tempo que os monárquicos perdiam vigor, neste movimento integralista, a revista entendeu repristinar Maurras e Mariotte. Por via ínvia talvez, mas tais influências surgem destacadamente nas suas páginas através da inserção avulsa de excerto do Padre Amadeu de Vasconcelos originalmente publicados no jornal “*A Época*”. Pela importância que lhe atribuímos para a compreensão das posições destes “integralistas lusitanos”, da terceira série da *Nação Portuguesa*, no que concerne à Monarquia, à religião Católica, e à pessoa do Rei, tudo isto conjugado com as polémicas empreendidas para afastar a criticada influência maurrasiana do integralismo lusitano, passamos a transcrever o referido excerto:

“À sociedade presente só duas soluções se apresentam: ou Maurras ou Lenine.

Quem não quiser estar com Lenine tem de estar com Maurras, isto é, com um princípio de autoridade fortalecido por princípios morais e por razões históricas. Importa pouco que este princípio tenha ou não a dar-lhe continuidade a hereditariedade do poder. É sabido que há países donde a realeza tem de ser excluída por falta de tradição histórica. E pode mesmo suceder que em países de tradição monárquica, os erros dos homens

¹⁰ Ver, NP, pp. clxiii-clxv. na *Nação Portuguesa* surgem curiosamente outras interpretações sobre a origem deste termo.

¹¹ Veja-se ainda a páginas ccvii a posição dos integralistas das vésperas de Maio de 26 sobre a legitimidade ao trono de D. Duarte Nuno de Bragança.

imponham períodos, mesmo largos, de transição em que o poder hereditário tenha de ceder o passo ao restabelecimento do princípio da autoridade nas suas bases puras, desembaraçadas de todo o veneno do Liberalismo.”

Eis mais uma justificação porque espera tanto El-Rei. O integralismo deveria ser monárquico por princípio, e era-o, deveria ser tradicionalista, e era-o. Mas os tempos exigiam para estes integralistas o restabelecimento da autoridade e a pessoa d'El-Rei com os seus “pavões caquéticos” não estariam à altura dos acontecimentos.

Mas o “reino” sem Rei continua Império. Os, já-não-tão-moços, integralistas começam a mostrar preocupações com o império colonial português pois é pela pena de Hipólito Raposo que nesta série surge o primeiro artigo de monta – «'Jus' de Branco, 'injuria' a Preto» (pp. 53-57), defendendo a necessidade de adaptar a legislação respeitando as tradições e culturas locais, pois o que vale na metrópole não tem necessariamente sentido noutras latitudes culturais. Do mesmo autor veja-se “*Lança em África (A pretexto da História de Arzila)*”, (pp. 263-271), onde se advoga a participação portuguesa na guerra hispano-marroquina.

Sobre a temática do Império surgirão ao longo de toda a série importantes textos, dos quais salientamos, ainda, aqueles em que constantemente os autores alertam para o perigo dos estrangeiros perpetrarem o “assalto” às possessões ultramarinas portuguesas: “*Colonial*” do Tenente Ribeiro de Almeida com os contributos do espanhol Fernando de Los Rios no jornal madrileno “El Sol”(p. cxii, ss); “*O Integralismo em terras de Angola*” (p.cxliv, ss); “*A divisão da província de Moçambique*” (p. ccliv); “*O BNU e a crise da Angola (Breves notas à margem de uma conferência)*” (pp. ci-cv) que relata a conferência proferida por João Ulrich, governador do Banco Nacional Ultramarino, e publicada na Gazeta das Colónias (30 Maio de 1925) sobre a crise de Angola causada pelo “*Contrato de 1922*” em que se estabelece a circulação de moeda própria na Província a implementar pelo BNU, são textos a ter em consideração sobre as políticas coloniais portuguesas. No âmbito desta temática também se relata e enaltece o trabalho missionário nas províncias de Angola e Moçambique, “*Missões Religiosas*”- (Das Ideias, das almas e dos factos, pp. cxi-cxii).

A última proposta do número um da terceira série da Nação Portuguesa é brindar o leitor com a secção “*Das Ideias das Almas e dos Factos*” (pp. 58-65), permitindo-nos realçar os contactos estabelecidos por António Sardinha por terras de Castela e a projecção do seu pensamento por terras de Vera Cruz. A uns, aos castelhanos, crítica por nos chamarem “povo de suicidas”, aos outros, os brasileiros, o elogio pelo cada vez maior estreitamento de laços nacionalistas. A nível nacional e internacional salientam-se as Comemorações em torno do Centenário de S. Tomás de Aquino.

Para encerrar o primeiro número, não sem nos voltarem a surpreender com outra preciosidade daquele que nunca quis colaborar directamente na Nação Portuguesa e, portanto, com tal integralismo lusitano lá praticado, e sobre os quais muitas vezes azedamente discordou, temos novamente Mariotte, claro: “*Vale mais ser anti-liberal, alheio a formas de Governo, do que liberal monárquico*”.

Os dados foram lançados no primeiro número. Este integralismo lusitano já não é o dos moços de 1913-14¹², nem o Integralismo, nem o Nacionalismo. O Integralismo alterou-se com o contexto monárquico nacional, o Nacionalismo com o contexto internacional. Inesperadamente o sonho dos “velhos moços” é drasticamente interrompido logo no lançamento do segundo número. Morre António Sardinha.

Se o número um desta terceira série cimenta o caminho percorrido na segunda série, com as dissidências, as ilusões e desilusões de uma monarquia lusa o número dois, não virando ainda a página, vem anunciar tal mudança, pois logo na abertura dá nota do inesperado passamento do seu Director. Só a partir do número três é que se começa a verificar re-orientação conferida por Manuel Múrias o seu novo Director e Rodrigues Cavalheiro como Secretário eleitos em reunião de 15 de Março de 1925 pela Junta Central do Integralismo Lusitano, uma vez que o segundo número é algo incomum. É-nos incomum pois abundam notas da morte de António Sardinha na primeira parte e na segunda, “dedicada aos mais altos problemas do espírito”, convivemos com a vivacidade e o talento dos artigos do Director então falecido, nomeadamente no artigo “*Madre-Hispânia*”, baseado no discurso por si pronunciado em Badajoz a 12 de Outubro de 1924, a escassos dias do seu perecimento, 10 de Janeiro de 1925.

Além da importância simbólica deste número da revista, pela morte do seu Director, ele ainda carrega importantes elementos para os estudos das relações luso espanholas bem como sobre o entendimento entre as concepções iberistas e hispanistas do integralismo lusitano. Envolvimento, de certo modo, impulsionado pela participação lusa nas comemorações espanholas e as suas ex-colónias da “Festa da Raça”, principalmente em acções levadas a cabo em Badajoz e Madrid. E, ainda, as relações entre os pensadores portugueses e brasileiros da mesma família doutrinária.

Conta este número com um profundo texto de Manuel Múrias “*Cultura Peninsular do Renascimento*”(pp. 71-78), com uma enorme riqueza em fontes

¹² In “*Nos átrios da Cidade Nova*” de Sardinha (pp. 297-300) , dá o ano de 1914 como o início do integralismo, contudo continuamos a atribuir, pelo menos 1913 como o início de tal corrente com a publicação, não da Nação Portuguesa” mas com a Publicação da “ *Alma Portuguesa* - Órgão do “Integralismo Lusitano” – Revista de philosophia litteratura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades ”- Lovaina 1913, e não se poderá, por esta via afastar os monárquicos do integralismo lusitano, que eles, aliás, fundaram. Fazer nascer o Integralismo Lusitano em 1914 facilita as coisas nas diatribes monárquicas.

bibliográficas tradicionalistas e fundantes da nossa nacionalidade. Outros textos referentes às relações dos pensadores lusos com Espanha abundam ao longo de toda a série, havendo mesmo textos da redacção apelando a um hispanismo espiritual e cultural antes e em vez do hispanismo económico – “*Relações luso espanholas*”(p. cviii), e outras, ainda, de outro cariz, nomeadamente a polémica entre os integralistas portugueses e Eugénio d’Ors que acusa, no artigo “*O Integralismo lusitano e a Espanha*” (pp. ccxli,ss), a Nação Portuguesa pós-Sardinha de confundir Nacionalismo com Imperialismo e “cristandade” com “catolicidade” “*de modo leve e impróprio*”(sic), artigo que foi prontamente respondido por Manuel Múrias sob o título “*Em torno do hispanismo*”(pp. 521-526). Não é de excluir como um texto guia, também, o de M. de Oliveira Lima publicado em “*La Prensa*” de Buenos Aires, “Um Novo Iberismo” (pp. 314-319).

O poema “*Em Louvor do Brasil*” de Manuel Rodrigues Leal premiado em 1924 nos Jogos Florais de Badajoz, e alusivo à descoberta e colonização do Brasil, dá o mote para as temáticas que surgem ao longo de toda esta série sobre a imensa colaboração que se estabeleceu entre pensadores portugueses e brasileiros nacionalistas destes tempos. Não faltam as polémicas e por isso surge Oliveira Lima polemizando com Agostinho de Campos, não só sobre as relações luso-brasileiras mas também sobre o sempre polémico tema da Ortografia da Língua Portuguesa e a sua uniformização. Deste artigo surgirá a sempre acarinhada ideia de que o Brasil é a maior obra de Portugal¹³. Oliveira Lima que foi criticado na revista “*Lusitânia*”, tão elogiada aquando da sua criação e dirigida por Carolina Michaelis (pp. 51-52), relativamente às suas posições sobre a Ortografia uniformizada e, por outro lado, recebe o apoio no artigo “*Em Resposta*” de António Sardinha, onde este remoca em Jackson de Figueiredo pelas posições assumidas em relação às teses de Oliveira Lima. O problema da ortografia foi um tema que acompanhou o Integralismo Lusitano e os seus corifeus desde os idos 1914, pois já então se assumiram posturas anversas às dos republicanos chegando ao ponto de dizer que não adoptariam nenhum acordo afirmando que da “*República nada queremos*”, e que, no que diz respeito à ortografia, não seguiriam mais ninguém que os maiores da literatura portuguesa. Mudaram os tempos, não mudou a teimosia.

Importantes assuntos relacionados com a outra margem do Atlântico Sul foram o acompanhamento da visita do nacionalista brasileiro Perilo Gomes a Portugal (p. 217) e o realce dado a Alexandre de Albuquerque enquanto colunista do “*País*” do Rio de Janeiro (p. lxxxv, ss). Dos números sete em diante surge destacadamente a secção publicitária da Biblioteca Contra-Revolucionária Brasileira com as obras à venda na redacção da Nação Portuguesa e publicadas pelo Centro D. Vital donde se destacam os seguintes autores e títulos: Jackson de Figueiredo:

¹³ Sobre estas relações veja-se, Élio Serpa: “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”. Revista Brasileira de História, vol. 20, nº 39, S.Paulo, 2000.

“Pascal e a inquietação moderna”, “A coluna de fogo”, “Do nacionalismo na Hora presente”, “Durval de Moraes e os Poetas da Nossa Senhora”, e “Literatura reaccionária”; Perilo Gomes: “A Teosofia”, “Ensaio de crítica doutrinária”; Lúcio José dos Santos: “A Historicidade da existência humana de Jesus Cristo”; Durval de Moraes: “Lyra Franciscana”; Hamilton Nogueira: “A Doutrina da Ordem”; e do Dr Mário Alcântara de Vilhena: “Da continência e seu factor eugénico”.

Também de larga importância destas relações se salienta o título “No Brasil” onde se transcreve artigo publicado na Gazeta do Rio de Janeiro sobre António Sardinha assinado por João José de Ataíde, apelando que o nacionalismo brasileiro se deve fundar em António Sardinha e não em Daudet ou Maurras (pp. ccxxxi-ccxxxiii).

Não despendendo artigo para os estudos luso-brasileiros encontra-se no texto transcrito de Gaspar Viana publicado no jornal católico “A União”, sobre o momento político que atravessa a Europa Católica e inserido no número doze desta terceira série da *Nação Portuguesa* e outro ainda sobre a emigração portuguesa, principalmente para o Brasil - O artigo “Emigração Clandestina” de Artur Campos Figueira (pp. 301-313) realça a ausência constante de uma política da emigração sustentada e planificada, dando enormes pistas de investigação nesta matéria.

O artigo “À margem da obra de Gil Vicente” de António Rodrigues Cavalheiro (pp. 87-90), o poema “Camões” de António Alves Martins (p. 91) e os anúncios de obras a publicar são elementos de realce da lusitanidade, do hispanismo e da especificidade das culturas ibéricas e por isso a *Nação Portuguesa* aprofunda estes temas anunciando as seguintes obras como obras de referência acerca da, sempre presente, Questão Ibérica: “O Território e a Raça”, António Sardinha; “A língua e a Arte”, Hipólito Raposo; “Música e instrumentos”, Luís de Freitas Branco; “Aspectos económicos”, José Pequito Rebelo; “Colonizações Ibéricas”, Ruy Enes Ulrich; “Direito e Instituições”, A. Xavier Cordeiro; “Aspectos de Político-Militares”, Vasco de Carvalho; e “Lição dos factos”, de Luís de Almeida Braga.

O número dois na sua primeira parte, além dos aspectos já mencionados das abundantes notas sobre a morte do Director, trata de assuntos relacionados com a vida da revista, das suas dificuldades e de publicidade à Biblioteca Nacionalista e informa o público que os próximos números até ao seis serão consagrados à memória de António Sardinha, pedindo por isso colaboração e envio atempado de trabalhos a publicar. Mais tarde vem-se verificando que, devido à falta de espaço alguns trabalhos ficaram esperando por melhores oportunidades.

José Pequito Rebelo faz-se aqui representar com um verdadeiro texto doutrinário a propósito de assuntos agrários e agrícolas, discorrendo abundantemente sobre raça, território, ruralismo, mediterraneidade, imperialismo, cristianismo, latifúndio, industrialização agrícola e ecologia, apontando,

concludentemente, para a necessidade de se operarem duas revoluções, uma político-social e outra técnico-agrária como expoente de uma nova cristandade¹⁴.

Também verá a estampa no número nove e dez, o artigo "*Das falsas ideias claras em economia agrária*", (pp. 393-405, 448-457, 490-498), pronunciado na Junta Provincial da Estremadura do Integralismo Lusitano, cuja publicação ocorre durante a sua lamentada e forçada ausência do país. O texto denota que o autor, na conferência, insta a mocidade Integralista para lutarem individualmente pela Família, pela Terra, pelo Município, pela Escola, pela Nação e pela Igreja.

O texto proferido em conferência é também uma apologia à estima pela "terra" e por isso apela para não deixar nunca de se colocar a ciência agrária ao serviço da nação. O autor não deixa, porém, de discorrer sobre o problema agrário nacional, salientando que deve ter-se em consideração a produtividade da terra e não do operário, e que em Portugal não existe "questão agrária" nem no norte nem no sul alentejano, pelo que não há sentido no combate ao latifúndio. Eram estas as posições assumidas por Pequito Rebelo na *Nação Portuguesa* terceira série. Já então a produtividade era olhada com realismo, uma vez que nunca podem estar alheadas as condições em que o factor trabalho se exerce, porém, nem todos ainda fizeram tal *rectificação mental*.

Nos assuntos internacionais, Vasco de Carvalho a propósito das recentes eleições em Inglaterra e da consequente derrota da esquerda deixa no ar a nota de que "é o problema da direita e da esquerda que é preciso resolver" e também giza umas notas sobre o papel dos Impérios e a Sociedade das Nações. A propósito dos assuntos internacionais, o leitor não é deixado sem informação do modo como as ideias Nacionalistas da *Nação Portuguesa* são recebidas no estrangeiro através de secção criada para o efeito.

Nesse âmbito, o título "*Hispanismo*" da Direcção, inserto a páginas cinquenta e quatro, deixa claras dúvidas do modo como a imprensa espanhola está a entender e a acompanhar o Integralismo Lusitano, desta vez reflectido nas "*Cartas de Portugal*" de Luís Araquistain. As únicas palavras pronunciadas em defesa são as de que o autor não compreendeu a evolução do Integralismo Lusitano. Esta diatribe merecerá ser estudada em futuros trabalhos, pois não é despiciendo que surjam críticas ao Integralismo Lusitano quer do nacionalista Eugénio d'Ors quer do publicista Araquistain, como anteriormente já demos nota.

Outros, como o Marquez de Lozoya – "*O Hispanismo visto pelo Marquês de Lozoya*" (pp. lv-lvi), tecem elogios rasgados a António Sardinha e apontam para uma ideia comum de Hespanha para os dois povos/nações. Neste pequeno texto, colhe-se informação de que António Sardinha não queria tornar o Integralismo num movimento político-partidário. Nem foi preciso, as bases estavam lançadas, a

¹⁴ Cf. pp.xli-xlvi

história mostrou que foi assim, e a nova ordem ou ordem nova não se compadecia com partidos.

Aparentemente, tudo continuava como Manuel Múrias anunciava no texto “*No mesmo Rumo*” (pp. 124-129), Neste artigo que, na nossa modesta apreciação, marca uma nova re-orientação de agulhas, que apesar de não deixar de enaltecer o trabalho impar de António Sardinha em prol do Integralismo Lusitano nota-se um re-direccionar das lutas a empreender, num mundo cada vez mais dividido entre materialismo e espiritualismo, dizia-se. Reafirmando-se o pendor nacionalista, tradicionalista e universalista do Integralismo Lusitano, a monarquia já não é assunto chave “*No mesmo Rumo*”- o que não deixa de ser esclarecedor. O ponto nevrálgico deste artigo encontra-se na apologia a António Sardinha, assumindo-o como “o Mestre”, o guia doutrinário do ressurgimento em Portugal. “Nacionalismo” e “Ressurgimento”, bem como a “Ordem Nova” serão a partir de agora os temas caros da Nação Portuguesa.

São constantes os artigos em volta da temática da hispanidade muito devido aos textos deixados por António Sardinha. Da importância dos autores e da importância dos assuntos destacamos os seguintes por emblemáticos: “*Nacionalismo Galego e Lirismo Português*” (Póstumo), António Sardinha (pp. 130-136); “*La Guerra de las Naranjas*”, Marquês de Lozoya (pp. 137-144) e onde se destaca uma dedicatória a António Sardinha, apelidado de “mestre en la síntesis histórica”; “*A política de África de El-Rei D. Sebastião*” Manuel Múrias (pp. 162-169, 208-214, 248-255, 277-283, 330-342), a que acrescem as anteriormente anunciadas e polemizantes.

Surge também, por que anunciada, uma mais estreita colaboração com o redactor principal de “*A Época*”, Pedro Correia Marques que assumirá a secção dos assuntos internacionais, jornal que se distinguirá, pela pessoa do seu director (Fernando de Sousa), nas polémicas relacionadas com a sua fidelização a Maurras e aos maurrasianos nacionalistas portugueses pela sua não concordância e não vinculação ao Centro Católico Português¹⁵.

No número quatro dá-se nota da criação do Instituto António Sardinha, com o patrocínio da Junta Central do Integralismo Lusitano, e enaltece-se a novel colaboração e o trabalho do jovem Marcelo Caetano, de quem se publicará em números subsequentes um profundo estudo sobre “*Um Grande Jurista Português – Frei Serafim de Freitas*” (pp. 232-243, 284-296, 326-329), esta colaboração será aprofundada quando este colaborador se tornar Secretário da Nação Portuguesa, empurrado muito pelo seu desempenho na revista literária “*Ordem Nova*”, tão anunciada e publicitada a partir dos últimos três números desta série¹⁶. A terminar

¹⁵ Veja-se Moura, Maria Lúcia B.: “*A condenação da Action Française por Pio XI. Repercussão em Portugal*”, Revista de História das Ideias, U. Coimbra., n. 29, p. 545, ss.

¹⁶ Veja-se, a exemplo, pp. ccvii-ccviii e o apelo seguinte inserto na página ccx« “*Nação Portuguesa*” *apela para seus amigos e leitores – apela para que todos os integralistas portugueses na esperança de*

este périplo surge também com destaque impar Hipólito Raposo ao transcrever-se uma sua carta em resposta a posições assumidas por Carlos Malheiro Dias acerca do momento nacionalista português na revista “Labareda” em que reafirma a sua posição pessoal como “nacionalista por princípio, corporativista por meio, monárquico por conclusão” (pp. lxxxiii-lxxxv).

Rolão Preto na “*Crónica do mês*” dá nota da vitória nacionalista das “corporazioni de Mussolini” sobre o movimento sindical, advogando o “resgate” e o “ressurgimento” também em e para Portugal com as seguintes e elucidativas palavras:

«Hora bíblica! Hora creadora, esta. O caos sombrio da liberal democracia agonizante é o melhor ponto de partida do Resgate. Um homem, uma palavra, um gesto e o milagre virá» (p. cvii),

que prenuncio! Espera-se fervorosamente a outra Ordem.

Remetamo-nos agora para a leitura de outro texto de um novel colaborador, Manuel Vicente Moreira, “*A Investigação Científica em Portugal*” (pp. 272-276) não podendo deixar de transcrever o seguinte trecho que abre o referido artigo, que mais não é que excerto de tese de Doutoramento em Medicina e Cirurgia do autor:

“Acusamos a publica governação de não estimular materialmente os nossos institutos de investigação científica, guiada por um falso critério de economia, esquecendo-se que a miséria a que de longa data tem sido votada, a sciencia nacional é que gera, em grande parte, o insuficiente progresso do nosso povo, porque lhe atrofia os futuros dirigentes.” (p. 272).

No mesmo sentido temos em “*Sede de absoluto*” (pp. 414-421) de Hipólito Raposo a crítica ao ensino ministrado na Universidade de Coimbra à sua geração, devido à época mental em que se vivia – o cientismo, o ecletismo, o racionalismo e o pragmatismo – época essa que apresenta como castradora da reflexão, da inovação e da procura da verdade. A base do presente artigo assenta na crítica da obra “*Para Além da Revolução*” do Professor de Direito Martinho Nobre de Melo, onde Hipólito Raposo pretende mostrar tratar-se de um caso colectivo e não pessoal, dos tempos passados na Coimbra universitária.

Os números sete e oito, bem como o nove e o dez, são publicados emparelhados sem qualquer aduzida justificação, mas neles surgem novas secções,

que saberão dar à “Ordem Nova” o apoio decidido e persistente que nunca lhe regatearam.», e mais ainda “Ordem Nova” interpreta e define o pensamento renovador e nacionalista da juventude portuguesa. Que todos os novos saibam cumprir o seu dever, lendo-a, e propagando as doutrinas resgatadoras que “Ordem Nova” defende» (p. ccxv).

CIPO tendo na sua primeira aparição os artigos necrológicos de Elísio de Carvalho, Carolina Michaelis e José Augusto Moreira de Almeida, e surge ainda a subsecção musical da secção “*Crónicas do mês*”, em que o colaborador Ivo Cruz destaca os expoentes da musicologia, compositores e intérpretes nacionalistas.

Com a criação do Instituto António Sardinha espera-se uma nova dinâmica editorial, surgindo para o efeito separatas da “Nação Portuguesa” largamente anunciadas a partir do número sete, nomeadamente série Alberto Sampaio, série Ferreira Deusdado, série Gama Barros, e série António Sardinha.

Polémicas à parte encontra-se no título “Resposta à letra... António Sardinha e o Sr. António Sérgio” da autoria de Manuel Múrias, a “compra” de uma nova polémica entre este e António Sérgio que o referenciou como “*Um moço transviado e quesilento... O perpetrador da garotada é um rapazote, e deve-se esperar que se curará...*”. Também esta polémica dá riqueza a esta terceira série.

O número nove e dez levar-nos-á até aos princípios da nacionalidade. Entretanto mostra uma famosa fotografia de António Sardinha¹⁷ no seu gabinete de trabalho seguida de um texto de Manuel Múrias, “agraciando-o” com o título de “*Mestre dos Nacionalistas*” e citando a sua imensa obra sobre temáticas nacionalistas, livros, artigos ou poemas: “*Ao Ritmo da Ampulheta*”, “*Ao Princípio era o Verbo*”, “*Aliança Peninsular*”, “*A Epopeia da Planície*”, “*Na Corte da Saudade*”, “*Sonetos de Toledo*”, “*Quatro Onças de Ouro*”, “*Era uma vez um menino*”, “*Pequena casa lusitana*”, “*Poema do Cavaló*”, “*Procissão das Cinzas*”, “*D. Gil Cabral*”, aos quais nos permitimos acrescentar o artigo “*As ‘Cartas’ da Freira*” (pp. 171-180, 215-223).

No artigo “*As ‘Cartas’ da Freira*” discorre sobre a questão da autoria das “*Lettres portugaises*” (publicadas em 1669 pela Claude Barbin, Paris), atribuídas a Soror Mariana Alcoforado, e discorre, também, sobre a origem genealógica da “Freira portuguesa das Cartas”. Quanto à primeira discorrência, a da autoria, adopta a tese rousseauiana de que foram escritas por um homem e em francês, faz, contudo desviar as atenções da sua autoria factual para a autoria da inspiração em uma corrente literária europeia fundada na sensibilidade “de ser português”, dando largas notas de como era visto o “amor português” pela restante Europa.

No que concerne à segunda, sobre a origem genealógica de Soror Mariana Alcoforado carrega bastos elementos para o estudo desta portuguesa personagem. Este artigo só ficará completo se confrontado, posteriormente, com o poema “Soror Mariana” (p. 231) e retirado da “*Pequena casa lusitana*” com recensão feita a expensas da Direcção onde se elogiam os atributos literários de António Sardinha e se enaltece a profundidade que ele introduz na sua poesia pois “*era sempre projecção do seu pensamento e não um desvario dos sentidos*” (pp. cix-cx). Interessante nota é também o da descrição do percurso do autor até chegar ao texto

¹⁷ Fotografia da autoria do Dr. Valério Cordeiro, anunciado só no número 11, p. ccxxxvi..

do poema. A profundidade da sua compreensão só é possível com os conhecimentos adquiridos no citado artigo.

A par do poema sobre Soror Mariana a Nação Portuguesa ainda nos oferece os seguintes títulos; “*Era uma vez um menino...*”, “*Viriato*”, “*Domina Tarasia Nostra*”, dedicado à mãe de D.Afonso Henriques, “*Amadis*”, “*Elisabeth Barret-Browning*”, “*D.Gil Cabral-conto de Natal*”, sobre Pedro e Inês, “*Poema do cavalo – A Elísio de Carvalho*” (pp. 382-392).

Dizíamos, então, que nas incursões ao dealbar da nacionalidade é incontornável o artigo “*As quatro onças de ouro*” saído da pena do “querido Mestre” em que sobressai a crítica às posições de Anselmo de Andrade sobre a raça e o nacionalismo portugueses. Esclarece-se que o título do artigo é uma alusão à oferta de D. Afonso Henriques à Santa Sé e a necessidade de atalhar as correntes anti-nacionalistas, que vêm das interpretações históricas de Oliveira Martins. Historicamente falando, justifica-se a posição de D. Afonso Henriques através do recurso ao argumento de que o poder espiritual e temporal residia ao tempo na Santa Sé, adiantando ainda que na medievalidade portuguesa teve grande influência para a independência de Portugal a Ordem de Cluny.

Há nos últimos números da série terceira uma maior cumplicidade com os nacionalistas brasileiros, principalmente com Jackson de Figueiredo, que tinha agora melhor tratamento que aquele que havia tido com António Sardinha na querela acima apresentada, sendo publicado um seu artigo “*Ave, Maris Stella*” (pp. 406-413) em que o autor tece rasgado elogio a Portugal, por ser o povo que mais honrou e cantou a “Estrela Matutina” – Maria Santíssima e discorre ainda sobre temas marianos na história da literatura portuguesa aludindo às aparições da Virgem em Fátima.

A revolta de 2 de Fevereiro de 1926, originada pelos Sargentos, apresentada na *Crónica do mês* do número nove e dez, é tida apenas como *mais uma revolução* e não deu azo a grande algazarra porque relata imediatamente em página seguinte a rendição do dia três (p. clxxvi). Já assim não foi com a revolta noticiada no renitente e exclamante título “*Será agora?...*” da página cclv no último número desta série.

«*Será agora?...*», perguntava Manuel Múrias, na subsecção da política interna sobre a revolução de 28 de Maio de 1926.

Antes desta questão não queremos deixar de salientar que os dois últimos números desta série contêm elementos importantes sobre a Revista, um trabalho de profunda investigação genealógica sobre o Mestre Ramalho, no artigo “*A Família de Ramalho*” (pp. 435-443 e 483-489), concluindo-se por um longínquo parentesco entre Sardinha e Ramalho Ortigão. Noticia-se, finalmente, a fundação do Instituto António Sardinha a 19 de Abril de 1926, a aprovação dos seus Estatutos, salientando-se, também, a sua estreita ligação com a “*Nação Portuguesa*”, dando nota dos seus corpos sociais e transcrevem-se parte dos discursos pronunciados

por Hipólito Raposo, Afonso Lucas, Domingos de Gusmão Araújo, Manuel Múrias e Marcelo Caetano na efeméride (pp. ccxxv-ccxxxi).

No dealbar do número onze realça-se o labor da Junta Escolar Integralista da Universidade de Coimbra e as conferências lá realizadas por Hipólito Raposo, Rolão Preto e Leão Ramos Ascensão, onde é notória a aceitação de um fascismo português (p. ccxxxviii).

Ao jeito de anteriores séries Manuel Múrias faz sob o título “*Um passo mais e – avante!*” (pp. 479-482) um breve historial da Revista até ao presente número, o doze da série terceira, salientando-se os seus mais ilustres colaboradores bem como a sua missão em continuar a obra iniciada por António Sardinha. Por seu turno temos logo de seguida artigo de Marcelo Caetano, o então moço e Director da Ordem Nova, de título “*A lição dos 95 anos*” em que crítica a Reforma Administrativa de Passos Manuel, nomeadamente à criação dos Distritos deixando escapar o seguinte desabafo: “*Deixemos os distritos... De contrário arriscamo-nos a sofrer pela Provincia os desgastes que adveem sempre dos caprichos das mulheres bonitas: custam caro e só rendem ingratidão...*”. Ainda hoje andamos com os distritos às voltas e com os Governadores Civis.

“*Será agora?...*”, noticia-se e interroga-se a benignidade da revolução iniciada com a proclamação de Braga pelo General Gomes da Costa. Contém a 2ª e a 3ª proclamação do movimento revolucionário e o programa ou o plano de governo saído da revolução apresentado pelo General Gomes da Costa ao Conselho de Ministros. Apresentam-se, também, as alterações a introduzir na Constituição, advogando o fim dos partidos políticos e a dissolução das Câmaras do Parlamento.

Não falta artigo sobre a apologia da ditadura anti-partidos no título “*Ditadura Papão*” da responsabilidade do Director (p. cclxi) e do modo como a imprensa internacional relatou a revolução portuguesa. Desta salientamos a transcrição do artigo “*Democracia e Parlamentarismo*”, inserto na revista “*Action Française*” de 1 de Junho do mesmo ano da autoria de Jacques Bainville (pp. cclxvii-cclxviii). A transcrição de notícia sobre a “*Nação Portuguesa*” publicada na “*Nación*”, o órgão da situação Primo de Rivera. (pp. cclxvii).

O número doze termina com um elucidativo índice de toda a terceira série.

Com esta revolução dá-se o adeus à democracia, o adeus ao parlamento, e o adeus aos partidos políticos. Da truculenta situação há relato (pp. cclvii-cclviii) de carta de Hipólito Raposo publicada no jornal “*A Época*” e dirigida ao “*Diário de Notícias*” sob o modo como estes noticiaram a postura dos integralistas em aderirem ao republicanismo do General Gomes da Costa. Nesta posição é inserida também a nota da Junta Central do Integralismo Lusitano de 15 de Julho de 26 sobre o novo governo militar.

Que traz de novo esta situação e que encontramos nestas páginas do relato da Carta de Hipólito Raposo? Traz de novo a declaração de que **a Nação Portuguesa não é o órgão oficial ou oficioso do Integralismo Lusitano**. Se

dúvidas tivéssemos, estariam agora colmatadas! Estes já não são os integralistas de antanho. Nem de direita, nem de esquerda, nem tampouco de extrema-esquerda. São isso e mais que tudo isso – são integralistas lusitanos em “labor constante de rectificação mental” como, diziam ser, o desejo do “querido Mestre” António Sardinha.

Terminado o escorço e pedindo emprestado um termo a Alberto de Monsaraz em “*A Verdade Monárquica*” (p. 54), podemos dizer que com esta série da “*Nação Portuguesa*” se afastaram do poder os imprevistos “*filhos da urna*” para legislar e para governar. O modo não teria sido o melhor, mas alguns aceitaram-no. Foi assim o caminho para a Ordem Nova, pena foi que o *labor constante de rectificação mental* deixasse de ser daí para diante o lema destes integralistas. A *rectificação mental* viria a ser operada meio século depois e, integralisticamente falando, não deve ser suspensa ou abandonada porque deve andar acompanhada do *constante labor*.